

O Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, CNPJ 05.790.065.0001-00, está situado na Av. Gov. Agamenon Magalhães, nº 1.160, Derby, Recife – Pernambuco é um órgão do Poder Judiciário Nacional, faz parte de uma justiça especializada, qual seja a Justiça Eleitoral, cuja principal atividade é a execução do processo eleitoral.

A Unidade Gestora no SIAFI, e única executora, é a de número 070010.

O Tribunal Regional Eleitoral em Pernambuco conta com duas unidades de contabilidade na sua estrutura, ambas subordinadas à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade: A Seção de Contabilidade Sintética e Analítica – Secont e o Núcleo de Análise e Conformidade Contábil – NUAC, cada um com dois servidores em sua estrutura.

O NUAC – Núcleo de Análise e Conformidade Contábil exerce o papel de Setorial Contábil do TRE-PE e é responsável pelo acompanhamento e orientação da gestão contábil referente à execução orçamentária, financeira e patrimonial da UG, com o objetivo de garantir fidedignidade, transparência e adequação às normas contábeis vigentes.

Para o desempenho de suas atividades, o NUAC conta com dois servidores no seu quadro, quais sejam, a contadora responsável, que atua como titular e seu substituto.

No rol das atribuições do Núcleo, incluem-se:

1. Acompanhar a execução contábil efetuada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI pela Unidade Executora e registrar a conformidade contábil;
2. Efetuar a análise e conciliação das contas, balancetes, balanços e demonstrativos contábeis, especialmente dos saldos mensais de bens móveis e almoxarifado, propondo medidas saneadoras quando for o caso;
3. Realizar ajustes contábeis quando necessários de classificação contábil nos casos de registro privativo de setorial, principalmente nos procedimentos contábeis para encerramento e abertura do exercício financeiro, a fim de preservar a integralidade da informação contábil;
4. Realizar atividades de acompanhamento da legislação na área contábil, inclusive o Manual SIAFI, a fim de prestar assistência e orientação na aplicação de normas e técnicas contábeis, às demais unidades;
5. Acompanhar e orientar as unidades da UG executora na regularização das ocorrências contábeis para que sejam efetuadas dentro dos prazos estabelecidos, de forma a prevenir o aparecimento de novas inconsistências e manter a tempestividade da informação contábil.

Todos os atos e os fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial são executados no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), que é o sistema do governo federal. Esses registros são objeto de análise pela Seção de Conformidades – Secconf com base em relatório gerado pelo sistema. A análise se baseia no confronto do documento de origem, juntados aos respectivos processos SEI, a sua validade e adequação às normas e o respectivo registro de forma adequada no Siafi, emitindo-se documento de análise juntado ao processo e registrada a conformidade de registro de gestão no sistema. Esse registro é objeto de acompanhamento e análise, servindo também de base para a conformidade contábil do órgão.

Quanto à Conformidade Contábil, durante o exercício, as inconsistências mais relevantes, que foram objeto de ressalva no registro da conformidade contábil, ocorreram nos meses de janeiro a maio e foram elencadas no relatório de inconsistências encaminhado à Setorial Contábil do Órgão – TSE e se referem a falta de registro dos bens não localizados nos sistemas ASIweb e SIAFI.

A conformidade contábil tem ainda como base os Princípios e Normas Contábeis Aplicáveis ao setor público, o Plano de Contas da União, o Manual SIAFI, bem como outros instrumentos relatórios obtidos no Tesouro Gerencial que subsidiam o referido processo de análise e acompanhamento dos mencionados registros.

A conformidade contábil mensal, realizada de acordo com os procedimentos descritos no Manual SIAFI, especialmente o capítulo 020315 – Conformidade Contábil consiste na certificação desses demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal. Além do registro no SIAFI, o NUAC emite relatório mensal, encaminhado ao Gestor Financeiro e ao Diretor Geral (ordenador de despesa por delegação de competência), acerca das inconsistências verificadas para saneamento, ainda que não sejam objeto de ressalva naquele momento.

E de modo geral, os demonstrativos analisados no decurso de 2023 fornecem dados necessários e importantes para a análise da gestão dos recursos e evidencia a realidade do patrimônio público gerido pela Unidade no período, fornecendo dados relevantes, comparáveis e fidedignos.

Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, quais sejam a Lei 4.320/64, a Lei complementar 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP e o Manual SIAFI, geradas por meio da transação CONDEMCON no Siafi.

As demonstrações contábeis e notas explicativas do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco estão disponíveis no portal do TRE.

São demonstrações obrigatórias do Órgão – unidade executora TRE-PE:

1. **Balanco Patrimonial** – evidencia a situação patrimonial da entidade pública (ativos e passivos da unidade) por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação.
2. **Balanco Orçamentário** – apresenta as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. É composto por Quadro Principal, Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados e Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.
3. **Balanco Financeiro** - evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.
4. **Demonstração das Variações Patrimoniais** – evidencia o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).
5. **Demonstrações dos Fluxos de Caixa - (DFC)** apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. Identificando as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis e o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Declaração da Contadora

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2023 do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2023 e está pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As Demonstrações Contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas Notas Explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2023 estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual Siafi.

Recife/PE, 05 de março de 2024

Edna Moura de Almeida – CRC/PE 14.638
Contadora Responsável

Principais Políticas Contábeis

A moeda Funcional utilizada para registro nos sistemas e evidenciação nos demonstrativos é o Real.

A conta Caixa e Equivalentes se refere ao ativo financeiro de curto prazo, de elevada liquidez, como os numerários em espécie, depósitos bancários e equivalentes de caixa, composta principalmente pelo saldo da conta de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento que apresenta as disponibilidades de recursos

recebidos de cotas financeiras do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, das dotações aprovadas na Lei Orçamentária Anual e de recursos de restos a pagar.

Depósitos Restituíveis são os valores depositados para garantia contratual a título de caução dos fornecedores de bens, serviços e obras e estão reconhecidos pelo valor de custo acrescido dos rendimentos do período.

Demais créditos e Valores a Curto Prazo compreendem os valores a receber por transações realizáveis no exercício corrente relacionados com adiantamentos, valores a compensar, transferências concedidas entre outros e são mensurados pelo valor de custo, acrescidos das atualizações monetárias, quando for o caso.

A conta de estoques compreende o valor dos bens adquiridos, em almoxarifado, com a finalidade de utilização própria no curso normal das atividades. O método para mensuração e avaliação das entradas é o valor de custo e saídas é o custo médio ponderado, conforme determina o art. 106, inciso III, da Lei nº4.320/1964.

O Ativo Realizável a Longo Prazo compreende os direitos a receber a longo prazo principalmente com créditos não tributários, dívida ativa e estoques, cujos valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados nas entradas pelo valor de custo e nas saídas pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

O Imobilizado é composto por bens móveis e imóveis, reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação ou amortização (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Gastos posteriores à aquisição que aumentem a vida útil e gerem benefícios econômicos futuros também são incorporados ao valor do imobilizado.

O Intangível é um ativo que possui valor econômico, mas não tem existência física, ou seja, é monetário identificável, sem substância física ou incorpóreo destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. São mensurados com base no valor de custo de aquisição ou produção, deduzidos o saldo da amortização acumulada, nos casos de vida útil definida.

A base de cálculo para a Depreciação, Amortização e Exaustão dos Bens Móveis e Imóveis é o valor dos custos do ativo imobilizado. O método de cálculo dos encargos de depreciação para os bens móveis é o das quotas constantes e para os imóveis o cálculo é realizado mensalmente pela Secretaria do Patrimônio da União - SPU e lançada pelo Secretaria do Tesouro Nacional - STN com base nos valores disponibilizados pela SPU, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, consoante a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 e, em geral, é iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data em que o bem estiver em condições de uso.

Os passivos circulantes e não circulantes são divididos em obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, empréstimo e financiamentos, fornecedores e contas a pagar, obrigações fiscais, provisões e demais obrigações e são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos por encargos das variações monetárias e justos, quando aplicáveis.

Os Benefícios a empregados referentes a encargos de férias e décimo terceiro salário são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, mas quando relevantes são contabilizados em contas de controles e evidenciados nas notas explicativas no tópico Outras Informações Relevantes.

Notas Explicativas - NE

BALANÇO PATRIMONIAL

Nota 1 – Caixa e Equivalente de Caixa

A conta Caixa e Equivalentes se refere ao ativo financeiro de curto prazo, de elevada liquidez, como os numerários em espécie, depósitos bancários e equivalentes de caixa, **composta principalmente pelo saldo da conta de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento** que apresenta as disponibilidades de recursos recebidos de cotas financeiras do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, das dotações aprovadas na Lei Orçamentária Anual e de recursos de restos a pagar.

A conta Limite de saque com vinculação de pagamento, principal componente de Caixa e Equivalentes de Caixa apresentou variação monetária negativa de R\$ 1.566.181,60, em relação ao período anterior, considerando que 2023 não é período eleitoral.

Tabela 1 – Saldo da Conta 111122001 – Limite de Saque com Vinculação de Pagamento - OFSS

Conta Corrente [Fonte/vinculação]		DEZ/2023 (R\$)	DEZ/2022 (R\$)	Variação (%)
0100000000 400	CUSTEIO/INVESTIMENTO - RESUL.PRIM = 2	487.523,46	3.061.557,74	-84,08%
0127000000 400	CUSTEIO/INVESTIMENTO - RESUL.PRIM = 2	1.495.346,23	492.003,67	203,92%
0149100000 990	PASSIVOS FINANCEIROS	4.510,12	-	100%
TOTAL		1.987.379,81	3.553.561,41	-44,07%

Fonte: Siasi

Nota 2 – Demais créditos e Valores a Curto Prazo

Os Demais Créditos e Valores a Curto Prazo compreendem os valores a receber por transações realizáveis no exercício corrente e totalizam R\$ 652.180,54. Desse total, o valor de R\$ 352.969,21 se trata de adiantamento concedidos a pessoal, referente a adiantamento de salário, concedido àqueles servidores que se estarão em férias no mês de janeiro/2024, e será processado quando da folha de pagamento no mês de janeiro de 2023. Outro valor importante, R\$ 286.905,94, se refere a Termo de Execução Descentralizada, celebrado entre esta Unidade Gestora e Universidade Federal de Pernambuco, cujo prazo para prestação de contas ocorrerá em 19/01/2024.

Nota 3 – Estoques

Estoques

Essa conta compreende o valor dos bens adquiridos com a finalidade de utilização própria no curso normal das atividades. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme determina o art. 106, inciso III, da Lei nº4.320/1964.

Assim, da composição do estoque de R\$ 3.002.100,28, em 2023, o maior saldo se refere a materiais de consumo de TIC que abrange os materiais considerados suprimentos de TIC, tais como: cartuchos de tinta, pen-drives, fitas de backup, discos ópticos, toners para impressora laser, bem como peças compradas para reposição como placas, teclados e mouses adquiridos para repor equipamento semelhante.

Tabela 2 – Composição do estoque

CONTA CORRENTE	Saldo Dez/2023 (R\$)	PERCENTUAL (%)
16 - MATERIAL DE EXPEDIENTE	306.531,33	10,21%
17 - MATERIAL DE TIC - MATERIAL DE CONSUMO	1.787.672,29	59,55%
22 - MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTO DE HIGIENIZACAO	265.706,45	8,85%
28 - MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANCA	226.546,92	7,55%
DEMAIS MATERIAIS	415.643,29	13,84%
TOTAL ESTOQUES	3.002.100,28	100%

Fonte: Siafi

Nota 4 – Imobilizado

O Imobilizado é composto por bens móveis e imóveis, reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação ou amortização (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Gastos posteriores à aquisição que aumentem a vida útil e gerem benefícios econômicos futuros também são incorporados ao valor do imobilizado.

Em 2023, foi constituída a Comissão de Inventário de Bens Móveis, Imóveis e Intangíveis – COIMBI, por meio da Portaria 027/2023, realizado na totalidade das unidades administrativas deste Regional, cujo relatório foi apresentado antes do término do exercício, possibilitando uma análise mais específica quanto à necessidade ajustes materiais e relevantes dentro do exercício. O Relatório 2383731 foi assinado em 19/12/2023, data prevista para conclusão dos trabalhos. Consta que os trabalhos foram realizados em todas as unidades do TRE, finalizando com as urnas eletrônicas; Entretanto a comissão não realizou o inventário dos bens intangíveis por existir um Grupo Permanente de Avaliação e Classificação de Softwares no TRE; ainda segundo o relatório, o inventário dos bens imóveis foi realizado com informações repassadas pelas unidades CEA (Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura), CRBI (Comissão de Registro de Bens Imóveis) e SEPAT (seção de Controle Patrimonial)

O imobilizado apresentou saldo de R\$ 275.033.949,51, (Valores contábeis líquidos) em 31/12/2023 e está segregado em dois grupos: bens móveis e bens imóveis, conforme composição apresentada na tabela a seguir.

Tabela 3 – Composição do Imobilizado

Imobilizado	DEZ/2023 (R\$)	DEZ/2022 (R\$)	Varição (%)
Bens Móveis	124.286.733,33	66.283.134,12	87,51%
(+) Valor Bruto Contábil	171.557.729,94	104.008.114,75	64,95%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-47.270.996,61	-37.724.980,63	-25,30%
Bens Imóveis	150.747.216,18	171.536.059,20	-12,12%
(+) Valor Bruto Contábil	150.948.118,62	171.567.869,94	-12,02%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-200.902,44	-31.810,74	-531,56%
Total	275.033.949,51	237.819.193,32	15,65%

Fonte: Siafi

Nota 5 – Bens Móveis

Em 2023, os bens móveis totalizaram R\$ 124.286.733,33 (descontado o valor da depreciação acumulada), distribuído na tabela a seguir.

Verifica-se um acréscimo de R\$ 67.549.615,19 (valores contábeis brutos), que representa uma variação de aproximadamente 64,95%, decorrente em grande parte da aquisição de Urnas Eletrônicas pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE, conforme destacado na tabela a seguir.

Dos Bens Móveis registrados na Justiça Eleitoral, aproximadamente 88,14% se referem a Bens de Informática. Onde se encontram inseridas as urnas eletrônicas

Tabela 4 – Composição dos Bens Móveis (valores contábeis Brutos)

Conta Contábil		DEZ/2023 (R\$)	DEZ/2022 (R\$)	Variação (%)
123110101	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	225.774,68	218.265,79	3,44%
123110102	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	792.714,39	847.199,51	-6,43%
123110103	EQUIPAM/UTENSILIOS MÉDICOS, ODONTO, LAB E HOSP	163.603,40	130.044,55	25,81%
123110105	EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	550.477,67	549.364,45	0,20%
123110107	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	912.903,76	953.863,69	-4,29%
123110108	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	2.612,14	7.008,72	-62,73%
123110109	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	11.915,71	13.258,94	-10,13%
123110112	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS P/AUTOMOVEIS	440,00	880,00	-50,00%
123110120	MAQUINAS E UTENSILIOS AGROPECUARIO/RODOVIARIO	2.750,00	3.110,00	-11,58%
123110121	EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	62.558,56	63.182,35	-0,99%
123110125	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	149.113,66	160.610,79	-7,16%
123110201	EQUIP DE TECNOLOG DA INFOR E COMUNICACAO/TIC	144.835.730,18	81.778.122,58	77,11%
123110301	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	2.888.139,25	2.773.871,29	4,12%
123110302	MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	12.655,51	19.824,36	-36,16%
123110303	MOBILIARIO EM GERAL	6.544.117,73	6.835.492,28	-4,26%
123110402	COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	122.986,71	123.027,92	-0,03%
123110404	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	307,70	307,70	0,00%
123110405	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	1.351.279,46	1.347.198,12	0,30%
123110406	OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO	810,00	810,01	0,00%
123110501	VEICULOS EM GERAL	149.542,83	150.649,06	-0,73%
123110503	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	4.802.388,20	4.325.853,20	11,02%
123110801	= ESTOQUE INTERNO	136.169,20	136.169,20	0,00%
123110805	BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS	7.223.952,93	3.027.073,13	138,64%
123119907	BENS NÃO LOCALIZADOS	102.169,69	65.670,43	55,58%
123119909	PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	512.616,58	477.256,68	7,41%
Total		164.333.777,01	104.008.114,75	64,95%

Fonte: Siafi

Nota 6 – Bens Imóveis

Os Bens imóveis totalizaram R\$ 150.948.118,62 (valores brutos) distribuídos em contas contábeis, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Em 2023, verifica-se uma variação negativa de R\$ 20.788.843,02 (-12,12%) em relação ao ano de 2022, nos bens imóveis da unidade.

O referido grupo totaliza o saldo das contas contábeis: Obras em Andamento, Estudos e projetos, Instalações, Bens imóveis registrados no SPIUnet e Bens imóveis não registrados no SPIUnet.

Contribuíram para o decréscimo em questão as reavaliações dos imóveis registrados e não registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial – SPIUnet, decorrente de mudança de critério contábil, a fim de proceder à adequação do cálculo da depreciação dos imóveis não registrados no SPIUnet (o método de Ross-Heidecke) àquele normatizado e praticado nos cálculos realizados dos imóveis registrados no SPIUnet (Método da Parábola de Kuentzle).

Como consequência do novo método, alguns imóveis tiveram a reavaliação a maior e outros a menor. As variações que mais contribuíram com o resultado negativo foram os imóveis da Rui Barbosa (tabela 5) e Cinco Pontas e Sede (tabela 6).

Compõe, também, o saldo dos bens imóveis de R\$ 150.948.118,62, o valor de R\$ 362.628,40 de saldo na conta 1.2.3.2.1.06.05 – Estudos e Projetos, mantidos, conforme Despacho da Seção de Engenharia, em resposta a questionamento do Núcleo de Análise e Conformidade Contábil - NUAC.

Bens Imóveis Registrados no SPIUnet:

Tabela 5 – Conta Contábil 123210101= Imóveis Residenciais/Comerciais

Conta Corrente	DEZ/2023 (R\$)	DEZ/2022 (R\$)	Variação (%)
2401003375000 - Custódia	242.927,68	260.910,16	-6,89%
2499000185006 - Palmares	4.305.487,22	4.144.813,31	3,88%
2531000225005 - Rui Barbosa	8.902.142,52	11.151.657,64	-20,17%
Total	13.450.557,42	15.557.381,11	-13,54%

Fonte: Siafi

Tabela 6 – Conta Contábil: 123210102:= EDIFÍCIOS

Conta Corrente	DEZ/2023 (R\$)	DEZ/2022 (R\$)	Variação (%)
2323000285004 - Arcoverde	3.066.857,25	2.935.933,66	4,46%
2381000475005 - Caruaru	3.520.119,11	3.270.362,60	7,64%
2419000415003 - Garanhuns	2.533.148,32	2.387.850,63	6,08%
2435000145008 - Igarassu	4.001.993,91	3.879.767,23	3,15%
2457000305006 - Jaboatão dos Guararapes	5.564.271,58	5.214.822,94	6,70%
2497000035008 - Ouricuri	4.417.476,18	4.272.291,92	3,40%
2511000065003 - Paudalho	422.311,35	476.893,25	-11,45%
2531000215000 - Anexo Rui Barbosa	8.793.952,83	9.197.840,52	-4,39%
2531002355003 - Cinco Pontas	6.821.117,96	8.801.001,11	-22,50%
2531008065007 - Sede	41.080.101,56	56.821.521,92	-27,70%
2531008915000 - Praça do Entroncamento	13.808.067,26	15.243.888,89	-9,42%
2537000115004 - Rio Formoso	1.336.294,82	902.119,47	48,13%
2543000535008 - Salgueiro	3.177.304,01	3.083.889,92	3,03%
2577002565006 - Serra Talhada	4.891.314,69	4.707.830,49	3,90%
2589000125002 - Surubim	2.008.836,71	1.853.653,71	8,37%
Total	105.443.167,54	123.049.668,26	-14,31%

Fonte: Siafi

Tabela 7 – Conta Contábil: 123210103:= TERRENOS/GLEBAS

Conta Corrente	DEZ/2023 (R\$)	DEZ/2022 (R\$)	Variação (%)
2629001225003 - Camaragibe	6.872.144,20	6.830.636,77	0,61%
Total	6.872.144,20	6.830.636,77	0,61%

Fonte: Siafi

Conforme estabelece o item 74 da NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado, discriminamos abaixo os valores dos terrenos e das edificações que compõem o saldo das contas dos imóveis registrados no SPIUnet, uma vez que embora os valores sejam discriminados no SPIUnet, no registro automático no SIAFI ocorre a contabilização separadamente.

Tabela 8 – Conta Contábil: 123210101 – IMOVEIS RESIDENCIAIS / COMERCIAIS

RIP/Imóvel	Valor do Terreno (R\$)	Valor da benfeitoria (R\$)	Saldo SIAFI (31/12/2023) (R\$)
2401003375000 - Custódia	16.337,82	226.589,86	242.927,68
2499000185006 - Palmares	591.250,00	3.714.237,22	4.305.487,22
2531000225005 - Rui Barbosa	7.399.086,97	1.503.055,55	8.902.142,52
Total	8.006.674,79	5.443.882,63	13.450.557,42

Fonte: SPIUnet e SIAFI

Tabela 9 – Conta Contábil: 123210102 – EDIFICIOS

RIP Utilização - Imóvel	Valor do Terreno (R\$)	Valor da benfeitoria (R\$)	Saldo SIAFI (31/12/2023) (R\$)
2323000285004 - Arcoverde	720.979,56	2.345.877,69	3.066.857,25
2381000475005 - Caruaru	974.195,95	2.545.923,16	3.520.119,11
2419000415003 - Garanhuns	647.763,40	1.885.384,92	2.533.148,32
2435000145008 - Igarassu	510.760,53	3.491.233,38	4.001.993,91
2457000305006 - Jaboatão dos Guararapes	2.681.654,80	2.882.616,78	5.564.271,58
2497000035008 - Ouricuri	270.491,76	4.146.984,42	4.417.476,18
2511000065003 - Paudalho	53.167,26	369.144,09	422.311,35
2531000215000 - Anexo Rui Barbosa	5.794.225,50	2.999.727,33	8.793.952,83
2531002355003 - Cinco Pontas	5.969.709,20	851.408,76	6.821.117,96
2531008065007 - Sede	27.690.058,25	13.390.043,31	41.080.101,56
2531008915000 - Praça do Entroncamento	11.843.392,37	1.964.674,89	13.808.067,26
2537000115004 - Rio Formoso	53.321,60	1.282.973,22	1.336.294,82
2543000535008 - Salgueiro	300.456,00	2.876.848,01	3.177.304,01
2577002565006 - Serra Talhada	1.841.492,30	3.049.822,39	4.891.314,69
2589000125002 - Surubim	613.504,50	1.395.332,21	2.008.836,71
Total	59.965.172,98	45.477.994,56	105.443.167,54

Fonte: SPIUnet e SIAFI

Tabela 10 – Conta Contábil: 123210103 – TERRENOS/GLEBAS

RIP/Imóvel	Valor do Terreno (R\$)	Valor da benfeitoria (R\$)	Saldo SIAFI (31/12/2023) (R\$)
2629001225003 - Camaragibe	5.820.078,00	1.052.066,20	6.872.144,20
Total	5.820.078,00	1.052.066,20	6.872.144,20

Fonte: SPIUnet e SIAFI

Bens De Uso Especial Não Registrados SPIUnet

Estes imóveis se encontram pendentes de registros em cartório e/ou no serviço de patrimônio da União, e os principais valores se referem ao Fórum Eleitoral de Petrolina e aos edifícios do Fórum Eleitoral de Limoeiro.

Tabela 11 – Conta Contábil: 123210202:= EDIFICIOS

Conta corrente	DEZ/2023 (R\$)	DEZ/2022 (R\$)	Varição (%)
IMAFOGADO - CONSTRUCAO DO FORUM ELEITORAL DE AFOGADOS.	3.428.843,27	3.501.014,73	-2,06%
IMCABO001 - FORUM ELEITORAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO	1.573.111,46	1.622.197,15	-3,03%
IMCARP001 - FORUM ELEITORAL CARPINA	1.308.460,96	1.498.005,91	-12,65%

IMLIMOEIR - FORUM ELEITORAL LIMOEIRO	6.711.956,35	6.540.356,49	2,62%
IMPET0008 - FORUM ELEITORAL PETROLANDIA	1.797.876,99	1.990.587,31	-9,68%
IMPETRO13 - FORUM ELEITORAL PETROLINA	4.163.071,98	4.459.995,05	-6,66%
Total	18.983.321,01	19.612.156,64	-3,21%

Fonte: Siafi

Tabela 12 – Conta Contábil: 123210203:= TERRENOS/GLEBAS

Conta Corrente	DEZ/2023 (R\$)	DEZ/2022 (R\$)	Varição (%)
IMAFOGADO - CONSTRUCAO DO FORUM ELEITORAL DE AFOGADOS	477.375,00	477.375,00	0
IMCABO001 - FORUM ELEITORAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO	346.860,00	346.860,00	0
IMLIMOEIR - FORUM ELEITORAL LIMOEIRO	776.057,05	776.057,05	0
IMPETRO13 - FORUM ELEITORAL PETROLINA	4.236.008,00	4.236.008,00	0
Total	5.836.300,05	5.836.300,05	0

Fonte: Siafi

Nota 7 – Depreciação

A conta Depreciação Acumulada indica quanto do valor de um ativo foi “utilizado” ao longo do tempo, seja com o desgaste pelo uso, a obsolescência e a ação da natureza, situações em que os ativos vão perdendo valor. Essa perda de valor é apropriada pela contabilidade, periodicamente, até que esse ativo atinja o valor residual. A depreciação se inicia quando o ativo está disponível para uso, ou seja, na forma pretendida pela Administração e cessa quando o ativo é baixado.

A depreciação de bens na Justiça Eleitoral é realizada em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), e de acordo com as orientações contidas na Macrofunção 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações – do Manual Siafi da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), conforme Orientação SOF-TSE nº 01/2010.

A depreciação de bens móveis, cujo critério utilizado é o das cotas constantes, qual seja, a divisão do valor depreciável pelo tempo de vida útil do respectivo bem imobilizado, foi lançada mensalmente, pela Seção de Patrimônio da UG com base nos relatórios gerados pelo sistema de controle patrimonial e registra um aumento de R\$ 9.546.016,28.

Por outro lado, a depreciação de bens imóveis registrados no SPIUnet é calculada mensalmente pela Secretaria do Patrimônio da União - SPU e lançada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN com base nos valores disponibilizados pela SPU, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação.

O TRE-PE também possui imóveis que ainda não foram registrados no Sistema SPIUnet e que foram lançados no SIAFI desde o exercício de 2021. Segundo a comissão responsável pelo levantamento da documentação, apenas os terrenos referentes aos Fóruns de Carpina e Petrolândia, respectivamente, não foram registrados no SIAFI, tendo em vista a falta de título aquisitivo, termo de doação, lei municipal, ou outro documento equivalente, que pudesse servir de suporte ao mencionado registro contábil. Ainda segundo a mencionada comissão, a documentação dos demais imóveis já foi apresentada e aguarda o registro por parte da SPU.

Até julho de 2022, o cálculo da depreciação desses bens imóveis não registrados no SPIUnet foi realizado pelo método de Ross-Heidecke que leva em consideração a idade do imóvel em percentual de duração, de par com seu estado de conservação.

Em dezembro/2023, foram realizados lançamentos de ajustes na depreciação e reavaliação, com base em novo quadro resumo apresentado pelo engenheiro responsável, desta feita utilizando-se o Método da Parábola de Kuentzle, adequando-se, portanto, ao modelo utilizado pela Secretaria do Patrimônio da União – SPU.

As reavaliações e correspondente depreciação deste Regional foram lançadas com base em planilha específica de resumo de laudo emitido pelo engenheiro técnico responsável, conforme valores calculados até setembro/2023.

Nota 8 – Intangível

É um ativo que possui valor econômico, mas não tem existência física, ou seja, é monetário identificável, sem substância física ou incorpóreo destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

O critério de mensuração dos softwares produzidos internamente tem como base principal o registro de atividades e horas trabalhadas pela equipe no desenvolvimento desses, cujos valores são obtidos no sistema de gerenciamento de Recursos Humanos, a partir das marcações ajustadas no fechamento da frequência de cada servidor ou estagiário integrante do projeto, e as memórias de cálculos detalhadas são anexadas ao processo próprio que trata do registro inicial do bem.

O ativo intangível do TRE-PE é composto integralmente de Software, cujo saldo líquido apresentado no balanço foi de R\$11.750.584,87, assim distribuídos:

Tabela 13 – Softwares

Conta Contábil	Dez/2023	Dez/2022	Variação
124110100 – Softwares com vida útil definida	493.698,75	570.076,98	13,40%
124110200 – Softwares com vida útil indefinida	11.700.449,88	11.656.302,44	0,38%
Total	12.194.148,63	12.226.379,42	-0,26%

Fonte: Siafi

Nota 9 – Amortização

É a alocação sistemática do valor amortizável do ativo intangível ao longo da vida útil dele. O método de amortização utilizado é o das quotas constantes. A amortização para cada período foi reconhecida no resultado, contra uma conta retificadora do ativo e se refere integralmente a softwares adquiridos. O método de amortização utilizado foi compatível com a vida útil econômica do ativo e aplicado de forma uniforme durante esse período e calculado pelo sistema auxiliar de registro de bens ASIweb – Módulo Patrimônio.

Tabela 14 – Amortização

Conta	DEZ/2023 (R\$)	DEZ/2022 (R\$)	Variação (%)
124810100 – Amortização Acumulada - Contas 1241101XX	443.563,76	359.358,29	23,43%

Fonte: Siafi

Nota 10 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

Essa conta encerrou com o saldo de R\$ 2.075.778,09, dos quais R\$ 2.073.478,93 se refere a Férias a Pagar, decorrente do registro do passivo por competência, apropriado de acordo com o Sistema Folha de Pagamento (SGRH) do TRE-PE consoante Acórdão-TCU nº 1.322/2018 e foram realizados de acordo com a Orientação-SOF/TSE nº 10/2018 e Manual Siafi, Código 021142 – Folha de Pagamento.

Nota 11 – Fornecedores

Em 31/12/2022, O TRE-PE apresentou um saldo em aberto de R\$ 89.697,42, referente a fornecedores e contas a pagar, sendo todo esse valor relativo a obrigações a curto prazo e se refere principalmente aos valores dos imóveis locados a serem pagos na primeira quinzena de janeiro de 2024.

Tabela 15 – Composição

Fornecedores e Contas a pagar	Saldo (R\$)
Locação de imóveis (RPNP em liquidação)	73.444,51
Demais contas a pagar	16.252,91
TOTAL	89.697,42

Fonte: Siafi

Nota 12 – Demais Reservas

A variação corresponde em grande parte a reavaliação dos imóveis não registrados no SPIUnet, ou seja, imóveis que se encontram pendentes de registros em cartório e/ou no serviço de patrimônio da União, conforme Nota 4.

Tabela 16 – Conta 236110100 - REAVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

Conta corrente	DEZ/2023 (R\$)	DEZ/2022 (R\$)	Varição (%)
123210202 [EDIFICIOS]	14.060.286,78	12.654.789,17	11,14%
123210203 [TERRENOS/GLEBAS]	177.914,93	177.914,93	-
TOTAL	14.238.201,71	12.832.704,10	10,95%

Fonte: Siafi

No Exercício 2023 ocorreu, ainda, a reavaliação dos imóveis registrados no SPIUnet, tendo o SPIUnet sido atualizado para registro na conta 23611.02.00 - REAVALIACAO DE BENS IMOVEIS – RIP. A Coordenação Geral da Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional efetuou ajuste no encerramento do Exercício (2023NS005977 a 2023NS005994 registrado pela UG 170999), transferindo saldo da conta 237110201 - SUPERAVITS OU DEFICITS EXERCICIOS ANTERIORES, para a conta 23611.02.00, resultando no saldo da conta 23611.02.00 - REAVALIACAO DE BENS IMOVEIS – RIP, no valor de R\$ 19.151.925,36.

Tabela 17 - Conta 23611.02.00 - REAVALIACAO DE BENS IMOVEIS – RIP

Conta corrente	DEZ/2023 (R\$)	DEZ/2022 (R\$)
2323000285004 - Arcoverde	295.848,85	0,00
2381000475005 - Caruaru	540.285,31	0,00
2401003375000 - Custódia	8.486,95	0,00
2419000415003 - Garanhuns	422.937,75	0,00
2435000145008 - Igarassu	296.052,28	0,00
2457000305006 - Jaboatão dos Guararapes	868.559,30	0,00
2497000035008 - Ouricuri	675.083,46	0,00
2499000185006 - Palmares	649.365,37	0,00
2511000065003 - Paudalho	31.693,24	0,00
2531000215000 - Anexo Rui Barbosa	423.847,04	0,00
2531000225005 - Rui Barbosa	1.028.852,75	0,00
2531002355003 - Cinco Pontas	944.510,93	0,00
2531008065007 - Sede	9.752.867,52	0,00
2531008915000 - Praça do Entroncamento	683.210,13	0,00
2537000115004 - Rio Formoso	532.519,58	0,00
2543000535008 - Salgueiro	520.822,85	0,00
2577002565006 - Serra Talhada	1.093.372,92	0,00
2589000125002 - Surubim	342.101,70	0,00
2629001225003 - Camaragibe	41.507,43	0,00
TOTAL	19.151.925,36	0,00

Fonte: Siafi

Nota 13 – Resultado do Exercício

O resultado patrimonial do período é a diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, apurada na Demonstração das Variações Patrimoniais e evidencia o desempenho das entidades do setor público.

No Exercício 2023, houve uma redução tanto das variações patrimoniais aumentativas quanto diminutivas, em comparação com o exercício anterior, o que é justificado pelo fato de se tratar de ano não eleitoral, quando não há despesas relacionadas à preparação das eleições, com serviços extraordinários, materiais e serviços relacionados exclusivamente ao processo eleitoral, a exemplo de transporte de urnas.

As variações patrimoniais diminutivas – VPD, no total, foram reduzidas em R\$ 4.692.579,88. Entre as despesas que apresentaram maior redução estão aquelas referente a serviços (- R\$ 15.100.557,97) e à remuneração a pessoal (- R\$ 8.820.658,53), enquanto houve um aumento das despesas com benefícios previdenciários e assistenciais (R\$ 6.752.719,00) e com a reavaliação com desvalorização de ativos (R\$ 18.644.836,29).

Quanto às variações patrimoniais aumentativas, em 2023 houve um decréscimo de R\$ 12.369.280,58. O maior decréscimo foi verificado nas transferências intragovernamentais, (- R\$ 14.227.645,68), decorrente principalmente da diminuição do valor do sub-repasse recebido para fazer face ao pagamento das despesas no exercício, inclusive de restos a pagar. Houve também decréscimo referente à reavaliação de ativos (- R\$ 8.225.177,80), considerando que em 2023 o SPIUnet passou a registrar as reavaliações dos imóveis na conta de Reserva de Reavaliação e não houve registro em VPA

Com a mudança do método do cálculo da depreciação dos imóveis não registrados no Spiunet (Nota 7), vários imóveis sofreram desvalorização. No registro da reavaliação desses imóveis no SPIUnet, foi gerado saldo invertido no SIAFI, na conta 23611.02.00 - Reavaliação de Bens Imóveis – RIP. Para ajuste do saldo invertido foi efetuado acerto (2023NS008444) que efetuou registro na VPD 361110200 - Reavaliação de Bens Imóveis, no total de R\$ 21.883.092,33, correspondente ao valor constante na Demonstração das Variações Patrimoniais, em Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas.

Nota 14 – Ajustes de Exercícios anteriores

O registro na conta de Ajuste de Exercícios Anteriores ocorre pelo reconhecimento decorrente de efeitos da mudança de política contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Na Unidade Gestora, a conta encerrou o exercício com um saldo positivo de R\$ 2.142.329,22, com uma variação positiva de R\$ 4.102.379,39 em relação ao ano de 2022, decorrente principalmente do ajuste na depreciação acumulada das urnas eletrônicas e de ajuste da VPD decorrente do pagamento de horas extras aos servidores de anos anteriores, conforme quadro resumo abaixo:

Tabela – 18 – Ajustes de Exercícios Anteriores

Motivo	Valor (R\$)
Ajuste na depreciação acumulada dos imóveis não registrados no SPIUnet	(508.583,31)
Ajuste na reavaliação das urnas eletrônicas	8.157.871,92
Reclassificação do saldo Conta 237110300 para conta 237110201 superávits ou déficits de exercício anteriores	1.947.920,75
Ajuste na VPD referente ao pagamento das horas extras de anos anteriores	(4.990.044,98)
Demais Ajustes	(504.784,49)
Total	4.102.379,39

Fonte: Siafi

Nota 15 – Obrigações Contratuais

No quadro de compensações do balanço patrimonial, o total de R\$ 31.292.407,77 corresponde aos contratos de seguro, aluguéis, serviços e fornecimento de bens referentes às atividades da unidade, conforme tabela a seguir:

Tabela – 18

Conta Contábil		Saldo (R\$)
812310101	CONTRATOS DE SEGUROS EM EXECUCAO	37.162,60
812310201	CONTRATOS DE SERVICOS EM EXECUCAO	26.857.213,31
812310301	CONTRATOS DE ALUGUEIS EM EXECUCAO	3.911.104,91
812310401	CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS EM EXECUCAO	486.926,95
Total		31.292.407,77

Fonte: Siafi

BALANÇO FINANCEIRO

Nota 16 – Restos a Pagar

Do saldo inscrito em Restos a Pagar a Liquidar (R\$ 13.719.376,89), **cerca** de R\$ 5.900.000,00 (43%) se refere à previsão de pagamento de horas extras aos servidores, incluídas as contribuições previdenciárias. Também compõem estes valores as contratações de serviços diversos, decorrentes das operações da Unidade Gestora, destacando-se aqueles referentes a Material e serviços de tecnologia da informação, (incluídos softwares), na ordem de R\$ 4.500.000,00, bem como aquisição de veículos no valor de R\$ 467.640,00.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Nota 17

No Grupo despesas de Capital, as despesas empenhadas excederam a dotação atualizada porque o TRE-PE executou R\$ 5.670.135,42, referente à parcela de crédito recebida decorrente de descentralização do orçamento do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, composto conforme resumo a seguir:

Elemento Despesa		Natureza Despesa Detalhada		Saldo - R\$
40	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	44904003	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS DE TIC	41.036,00
		44904005	AQUISICAO DE SOFTWARE PRONTO	648.371,42
52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	44905235	MATERIAL DE TIC (PERMANENTE)	2.794.902,00
		44905237	EQUIPAMENTOS DE TIC - ATIVOS DE REDE	2.185.826,00
Total				5.670.135,42